

A Uva de Mesa do Vale do São Francisco no
Mercado de Frutas Nobres do Recife

ID
32425

Pedro Carlos Gama da Silva

(Socioeconomia – Embrapa/Semi-árido)

Maria da Conceição Pinheiro Bentzen

(Sociologia Rural – UFRPE)

Milza Costa Barreto

(Economia Rural – UFRPE)

Fonte:

Trabalho apresentado na Reunião de Projetos
de Economia em parceria com a Embrapa
Recife, UFRPE, 1998 20p. Suaizisto

A Uva de Mesa do Vale do São Francisco
No Mercado de Frutas Nobres do Recife

Pedro Carlos Gama da Silva

(Socioeconomia – Embrapa/Semi-árido)

Maria da Conceição Pinheiro Bentzen

(Sociologia Rural – UFRPE)

Milza Costa Barreto

(Economia Rural – UFRPE)

RESUMO

A pesquisa objetiva a sistematização do processo de comercialização de uvas de mesa produzidas na região semi-árida do Vale do São Francisco e comercializadas no mercado informal de frutas nobres, entendido como setor isento de tributação, representado por comerciantes cadastrados na Prefeitura Municipal da Cidade do Recife. Este mercado apresenta relevância por constituir uma fonte de renda alternativa para a população urbana e opção de escoamento da produção de uvas de mesa do Vale de São Francisco, atuando assim como material que fornecerá subsídios para o processo decisório, tanto a nível de políticas públicas quanto de empresas privadas. Num primeiro momento, procedeu-se a pesquisa bibliográfica, coletando dados secundários em instituições conceituadas como IBGE, CSURB/PE, Prefeitura da Cidade do Recife, Sindicato da Categoria, Embrapa/Semi-árido, Sudene, entre outras. Em seguida, recolhemos informações através da aplicação de questionários, precedendo assim, a coleta de dados primários nos estabelecimentos comerciais e com agentes representativos no processo de comercialização. Tendo sido catalogados setenta e seis estabelecimentos, distribuídos nas principais vias públicas do centro da cidade do Recife, apresentando características heterogêneas quanto ao nível sócio-econômico. O estudo tem demonstrado a necessidade de compreensão dos elos percorridos da zona de produção a área de consumo como forma de detectar pontos de estrangulamentos e espaços de valorização dada a natureza da atividade que envolve elevada perecibilidade, por se tratar de frutas e, conseqüentemente altos riscos de modo a permitir um adequado funcionamento do processo de comercialização.

Introdução

A Região Metropolitana do Recife concentra um grande contingente de pessoas desempregadas resultante dos impactos econômicos sofridos a partir da década de 70. As migrações, o crescimento demográfico e a crescente expulsão do trabalhador industrial na região contribui para o crescimento do desemprego.

Na tentativa de superar a problemática do desemprego urbano, milhares de pessoas começam a buscar meios de gerarem suas próprias formas de ocupação, daí um grande contingente ingressarem no setor informal.

O presente estudo analisa uma pequena fatia do grande contingente de trabalhadores do setor informal designado pela Prefeitura da Cidade do Recife de Comerciantes de Frutas Nobres, analisando a relação do comércio de uvas de mesa proveniente do Vale do São Francisco. Estes comerciantes tem uma relevante participação no escoamento da produção de uvas in natura na Região Metropolitana do Recife.

Posição Geográfica do Recife

A região Metropolitana do Recife esta localizada na zona fisiográfica do litoral Mata, compreendendo, em linha reta, cerca de 80 Km de orla marítima e penetrando para o Oeste aproximadamente 30 Km.

O espaço metropolitano do Recife situa-se dentro da faixa de clima, AS' seguindo a classificação de Koppen, quente e úmido com chuvas de inverno antecipadas para outono (março e agosto). As temperaturas médias anuais situam-se em torno dos 24° C, com amplitude de oscilações quase sempre inferior a 4° C, e a média pluviométrica anual é de 1.700 mm. O Recife esta localizado no Litoral Nordeste, no Estado de Pernambuco – Brasil.

O TERRITÓRIO DO RECIFE

Área Total	214,92 Km ²
Área de Planície	50,00 Km ²
Áreas de Morros	144,92 Km ²
Áreas Aquáticas	20,00 Km ²
Áreas Verdes	12,00 Km ²
Extensão de Praias	8,6 Km ²

Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife/1997

Segundo dados da Prefeitura da Cidade do Recife, o elevado crescimento populacional havido na Região Metropolitana acarretou uma expansão correspondente do espaço urbano e produziu modificações substanciais na configuração desse espaço e na própria estrutura urbana de um modo geral.

REGIÃO POLÍTICO – ADMINISTRATIVA (RPA)

RPA 01 – CENTRO	11 bairros
RPA 02 – NORTE	18 bairros
RPA 03 – NORDESTE	29 bairros
RPA 04 – OESTE	12 bairros
RPA 05 – SUDOESTE	16 bairros

RPA 06 – SUL	08 bairros
TOTAL	94 bairros

Fonte: Prefeitura do Recife/1997

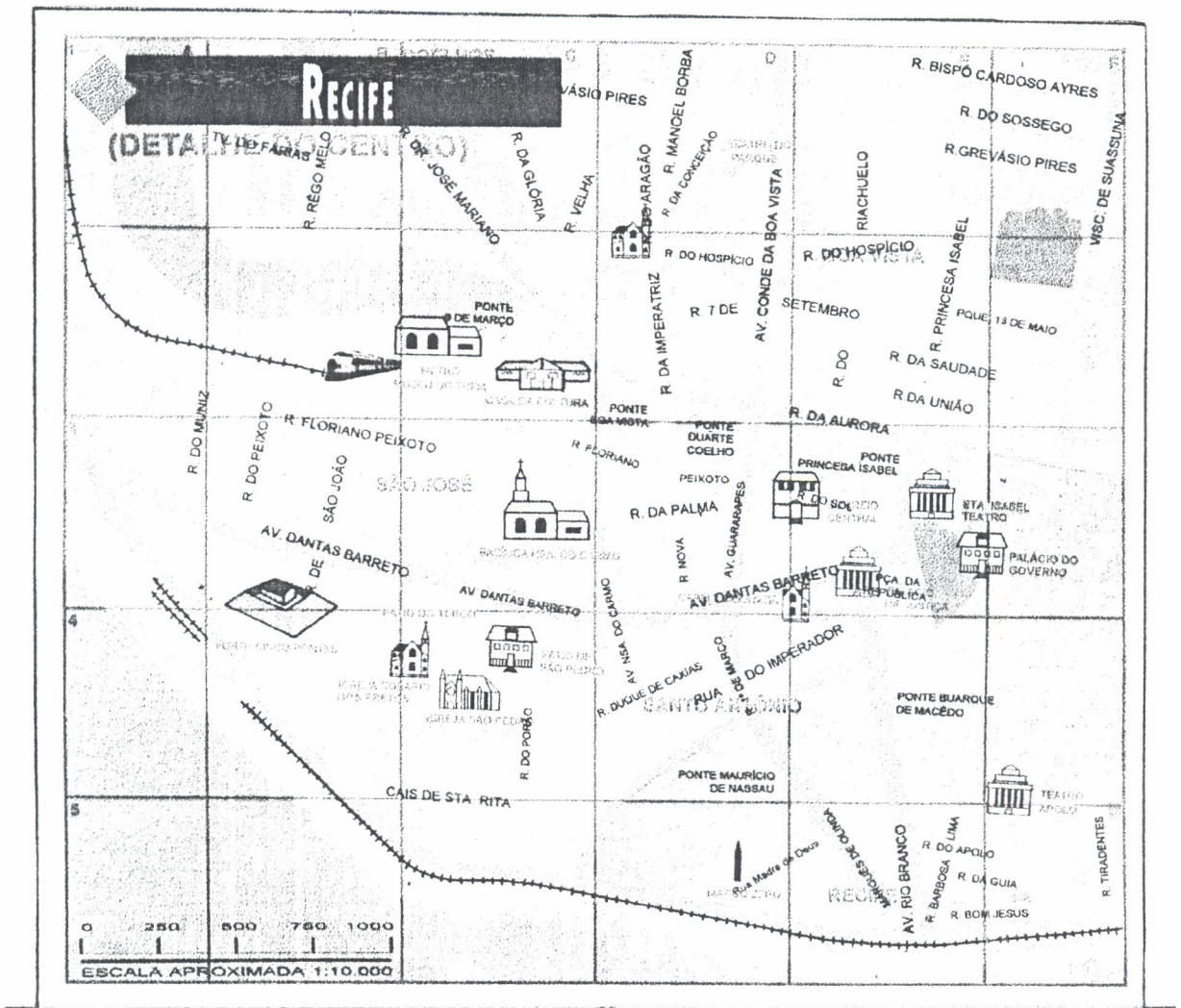
O ritmo da urbanização na Região Metropolitana do Recife nas últimas décadas, tornou múltiplas as deficiências sociais. O desequilíbrio básico gerados dos problemas do Recife Metropolitano tanto resulta das deficiências de sua estrutura como do intenso crescimento de sua população. A estrutura econômica, não tem apresentado dinamismo e tem se mostrado insuficiente e inadequada para gerar e distribuir recursos para o atendimento das necessidades básicas da população. O problema da absorção da força de trabalho esta relacionado a problemática do subdesenvolvimento nordestino.

COMPOSIÇÃO DO EMPREGO

SETORES	PARTICIPAÇÃO (%)
Industria de Transformação	12,63
Comércio	19,80
Serviços	48,57
Serv. Industriais e de Utilidade Pública	4,40
Construção Civil	7,64
Administração Pública	5,44
Outros	1,52

Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife/1997

Inúmeros estudos mostram que o crescimento econômico que caracterizou as últimas décadas de nossa história foi acompanhado por uma acentuação da desigualdade na distribuição de renda e pelo empobrecimento da população. É em face deste crescimento que a família trabalhadora aciona de maneira mais intensa estratégias que possam viabilizar a sua sobrevivência, visando superar à insuficiência dos salários, vão desde as que implicam diretamente na obtenção de recursos monetários até aquelas ligadas ao autoconsumo.



O Mercado Informal do Recife

A região Metropolitana do Recife concentra uma parte significativa dos problemas sociais do Nordeste do Brasil. As inúmeras transformações na economia nordestina e no próprio país, ocasionaram mudanças no mercado e nas relações de trabalho, as quais foram acompanhadas por elevado índice de pobreza da maioria da população. Na tentativa de superar o impasse do desemprego urbano, os excluídos do setor formal da economia geram suas próprias formas de ocupação, foi meio de mecanismos de autoemprego, de modo a assegurar sua subsistência básica. Com o aumento no índice e desemprego urbano, o trabalhador passa a ter no informal a sua fonte de renda e seu meio de subsistência.

O termo "setor informal" é relativamente recente. Foi utilizado pela primeira vez num trabalho da OIT, de 1971, sobre a pobreza em Gana. Em 1972, o termo foi formalmente caracterizado em outro trabalho da OIT, desta vez sobre o Quênia. De lá para cá o termo tem sido freqüentemente utilizado na tentativa de se explicar as estruturas vigentes dos mercados de trabalho e produto de diversos países, tanto nos mais pobres quanto nos mais desenvolvidos". (REBEMBOIM, 1994)

As constantes migrações para a região Metropolitana do Recife, contribuiu para a saturação dos mercados de trabalho urbanos observa-se que a grande parcela destes migrantes teve a tendência de se fixar nas periferias, engajando-se em atividades ligadas ao setor informal.

As migrações para o centro Urbano do Recife estão relacionadas as "transformações no meio rural nordestino é que se convencionou chamar de proletarização da força de trabalho, resultado da distribuição de antigas relações de produção do trabalho, cujo principal efeito foi o de ter intensificado as imigrações em direção às cidades". (GTDN/1994)

O fenômeno das migrações está relacionado com as mudanças ocorridas no meio rural como a modernização do sistema canavieiro, na Zona da Mata de Pernambuco, que em cada década teve suas peculiaridades. Nos anos 50 com a centralização dos engenhos; nos anos 70 com a introdução da Legislação Trabalhista e do programa de realocização de usinas (1ª metade dos anos 70) os surtos de modernização provocam inúmeros fatores que influênciam na migração do homem do campo para os centros urbanos.

A pecuarização que foi o fenômeno mais marcante no agreste, região de exploração de algodão e de culturas alimentares de subsistência e mercantis, as inúmeras mudanças ocorridas na primeira contribuíram para que uma grande quantidade de trabalhador rural migrasse para os centros urbanos afim de sobreviver.

O sertão pernambucano contribuiu de forma menos constante para a concentração da população na região Metropolitana do Recife, uma vez que, conseguiu manter relativamente estáveis suas relações de produção e trabalho.

A procedência da mão-de-obra pode refletir tanto a intensidade de um processo migratório inter-regional como também uma deficiência do mercado de trabalho local no suprimento da mão-de-obra necessitada. A problemática do subemprego insere-se por tanto no estilo de desenvolvimento da região nordestina.

É importante observar que “paralelamente ao efeito multiplicador de emprego que o setor industrial possui, ocorre um processo de relações de subemprego e desemprego que alimenta de mão-de-obra as chamadas atividades informais”. (SUDENE/1983)

O setor informal origina-se do excedente relativo da força de trabalho que vai procurar uma forma de ocupação e remuneração. Essa atividade de produção simples tem se ampliado e expandido na medida em que fracassa a política de geração de emprego. Na Região Metropolitana do Recife o setor informal tem possibilitado uma forma de ocupação para grande parcela da população desempregada, principalmente aqueles com menos possibilidade de acesso por questões como grau de instrução ou capital para iniciar seu próprio negócio. Observa-se que muitos são provenientes das zonas rurais ou cidades do interior. Outra grande parcela são os que anteriormente tinham uma ocupação e se vêm desempregado, sem possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. A atividade comerciantes de frutas nobres é um caso específico dentro do setor informal.

O Mercado de Frutas Nobres

A Prefeitura Municipal, enquanto órgão público responsável pelo “gerenciamento” da cidade do Recife, administra a atuação dos varejistas de frutas nobres através de cadastros e fiscalização numa preocupação em conciliar objetivos, qual seja, permitir a manutenção do comércio varejista já existente, sem contudo proceder a expansão do mercado e revitalizar a região metropolitana através da conscientização da necessidade de preservação e limpeza urbanas.

O mercado informal entendido como setor da economia isento de obrigações tributárias é exercido no Grande Recife em equipamentos urbanos, envolvendo os seguintes segmentos: fiteiro, comércio de coco, frutas nobres, tabuleiro, barraca, revista, banca, engraxates, flores e quiosques.

O mercado de frutas nobres, segundo a CSURB-PE (Companhia de Serviços Urbanos) caracteriza um perfil específico de comércio que exclui a transação com

frutas tropicais. A comercialização de frutas nobres realiza-se em pontos fixos nas principais vias públicas da Região Metropolitana do Recife, constituindo um mercado competitivo, dada a proximidade física das unidades comerciais e a disputa acirrada pela clientela devido a homogeneidade do produto comercializado.

PERFIL DOS COMERCIANTES DE FRUTAS NOBRES

- ☞ Baixo nível de escolaridade;
- ☞ Trabalhadores autônomos;
- ☞ Sindicalizados;
- ☞ Participação familiar no negócio;
- ☞ Baixo poder de barganha;
- ☞ Entraram na atividade após ter trabalhado por conta própria ou em outras atividades;
- ☞ Estão há muito tempo na atividade ou já trabalharam com comercialização de frutas;
- ☞ Trabalham em pontos fixos.

COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NOBRES

Legislação	Decreto n.º 15.512 – 02/08/91
N.º de Ambulantes autorizados pela CSURB	Setenta e seis unidades comerciais
Localização	<p><u>Bairros:</u> Recife, Boa Vista, Santo Amaro e São José.</p> <p><u>Ruas:</u> Av. Dantas Barreto, Av. N. S. do Carmo, Av. Guararapes, Av. C. da B. Vista, Rua 7 de Setembro, Rua Tobias Barreto, Rua da União, Largo do Carmo, Rua do Riachuelo, Rua da Saudade, Rua da Praia, Rua do Hospício, Rua do Rangel, Pç. Machado de Assis, Rua Padre Muniz, Rua da Palma, Rua das Calçadas, Rua Cleto Campelo, Rua Floriano Peixoto, Av. Martins de Barros, Pç. Dom Vital, Rua Antônio Henrique.</p>

Principais Frutas Comercializadas	Uva, Pêra, Maça, Ameixa, Kiwi, Morango.
Rendimento Média na Atividade	Entre 3 à 6 Salários Mínimos
Sindicato da Categoria	Sindicato dos Ambulantes fundado em 31/07/38

**A Uva de Mesa do Vale do São Francisco no
Mercado de Frutas Nobres do Recife**

Segundo dados da VALEXPOR (1997) a região do Sub-médio São Francisco, possui o clima semi-árido tropical, compreendendo uma área irrigável de 220 mil hectares. A altitude média é de 365 metros, temperatura média de 26 graus, a umidade relativa média é de 50%, com precipitação média anual de 40 mm, insolação de 3.000 horas/ano, com 300 dias de sol/ano evaporação ao redor de 2.080 mm/ano, com predominância de ventos sudeste com velocidade média de 4 metros por segundo, a hidrologia e apoiada no rio São Francisco.

O eixo Juazeiro – Petrolina com a implantação da agricultura irrigada possibilitou vantagens comparativas para a agricultura, principalmente para os cultivos frutícolas.

A uva é uma das culturas que mais se destaca na região sendo encontrada na maioria dos projetos de irrigação como bebedouro, Tourão, Maniçoba, Curaça e Senador Nilo Coelho.

O escoamento de uvas de mesa da região semi-árida do submédio São Francisco para o mercado de frutas nobres da capital pernambucana é realizado pelas BRs 428, 116 e 232, resultando em aspectos favoráveis nas direções opostas do circuito comercial, ou seja, para o produtor representa uma alternativa adicional de colocação da mercadoria para venda, gerando o aproveitamento da produção que não apresenta condições de alocação no mercado externo e/ou no segmento de renda mais elevada (que prioriza o “fator qualidade” no ato da compra) e do lado do varejista constitui uma fonte de renda proveniente do setor informal, contribuindo assim, para o decréscimo de nível de desemprego e suas conseqüências adversas no centro urbano.

A CEAGEPE (Companhia de Abastecimento e de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco) está hoje entre as cinco maiores do país, atendendo de 18.000 a 20.000 pessoas por dia. Localiza-se numa área de 58.500 m², comercializa um valor médio mensal de R\$ 28.000.000,00

A comercialização de uva, no atacado da unidade CEASA-PE, proveniente do Vale do São Francisco, são principalmente as uvas Itália, Red Globe, Piratininga e Patrícia, constituindo o maior volume de vendas a uva Itália, devido a preferência do consumidor e preço relativo mais baixo.

CALENDÁRIO DE COMERCIALIZAÇÃO (Uva Itália na unidade CEASA-PE)

MERCADO FORTE	Maio, junho, julho, dezembro.
MERCADO REGULAR	Fevereiro, março, abril, agosto, novembro.
MERCADO FRACO	Janeiro, setembro, outubro.

Fonte: CEAGEPE

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS DE PERNAMBUCO

E BAHIA NA CEAGEPE: 1995/1996

(Uva Itália)

Procedência \ Ano	1995	1996
Juazeiro	602,00	695,00
Outros	90,00	114,00
Bahia	692,00	809,00
Petrolina	3.376,00	3.638,00
Santa Maria – Boa Vista	1.945,00	1.998,00
Outros	63,00	65,00
Pernambuco	5.384,00	5.701,00
Total CEAGEPE	6.367,00	6.977,00

Fonte: CEAGEPE

**PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO
NA CEAGEPE: 1995/1996
(Uva Itália)**

Ano	1995	1996
Procedência		
Alagoas	-----	-----
Bahia	692,00	809,00
Fortaleza	-----	-----
Paraná	-----	-----
Pernambuco	5.384,00	5.701,00
Rio Grande do Norte	5,00	14,00
Rio Grande do Sul	43,00	32,0
Santa Catarina	21,00	96,00
Sergipe	-----	8,00
São Paulo	222,00	292,00
Total	6.367,00	6.977,00

Fonte: CEAGEPE

Os preços praticados variam da ordem de R\$ 0,50 a 1,00 /Kg, sendo a discrepância dos valores monetários função do grau de perecibilidade, ou seja, a não efetivação da venda do produto no prazo previsto incorre na necessidade de venda imediata, gerando assim, decréscimos consideráveis nos valores monetários, acrescido ao fato que o perfil de clientela (baixa renda) favorece a negociação direta possibilitando a "barganha" do preço em função da qualidade do produto. A formação do preço está vinculada basicamente ao dispêndio com transporte e preços praticados pelos atacadistas.

O volume mensal adquirido pelos varejistas é de difícil mensuração decorrente das irregularidades das compras semanais, condicionadas ao ritmo de vendas e ausência de uma adequada gestão de negócios. Assim, recorrer a dados estimativos seria no mínimo temerário. Entretanto, deduzimos que a rentabilidade do negócio é justificada pela isenção de tributação e vendas efetuadas exclusivamente à vista, o que gera certa liquidez contribuindo para permanência do negócio. Além dos ganhos adicionais em épocas específicas como final do ano, em decorrência das compras natalinas, sendo possível proceder a uma certa capitalização a ser investida no subsequente período anual.

Os lucros são afetados pelo elevado percentual de perdas devido a alta perecibilidade do produto e a exposição e manuseio freqüentes, acelerando o processo de maturação, induzindo a deterioração, bem como, a vulnerabilidade aos fatores externos. que reduzem o nível de vendas. como por exemplo. areves de

motoristas de ônibus, que impedem que a população de baixa renda se dirija ao centro metropolitano, bem como a irregularidade do volume de vendas, uma vez que, o consumidor típico desse segmento responde mais aos estímulos visuais do que propriamente às compras programadas e racionais. Entretanto, tais prejuízos são compensados pela isenção da tributação, de modo que a atividade oferece um retorno monetário que justifica a permanência do negócio e melhoria do nível de renda do comerciante.

As perdas estão relacionadas aos aspectos técnicos da produção e comercialização, associadas principalmente, às alterações fisiológicas relacionadas ao transporte inadequado, deficiente a condicionamento e manuseio excessivo, gerando assim, redução na qualidade que será refletida na diminuição do valor comercial da mercadoria sendo significativa as perdas pós-colheita dos produtos agrícolas dada a elevada perecibilidade inadequação de procedimentos na fase de comercialização.

PRINCIPAIS CAUSAS DE PERDAS DO MERCADO VAREJISTA

- ☞ Intervalo prolongado entre a compra e a venda;
- ☞ Má qualidade do produto comprado;
- ☞ Manuseio excessivo, gerando alterações fisiológicas e rápida deterioração;
- ☞ Acondicionamento inadequado;
- ☞ Colheita fora de época.

É imprescindível a execução da colheita no período adequado, pois a uva sendo uma fruta climatérica não prolonga o amadurecimento após a colheita, bem como a disseminação da prática de padronização para classificação, uma vez que geram reflexos na comercialização.

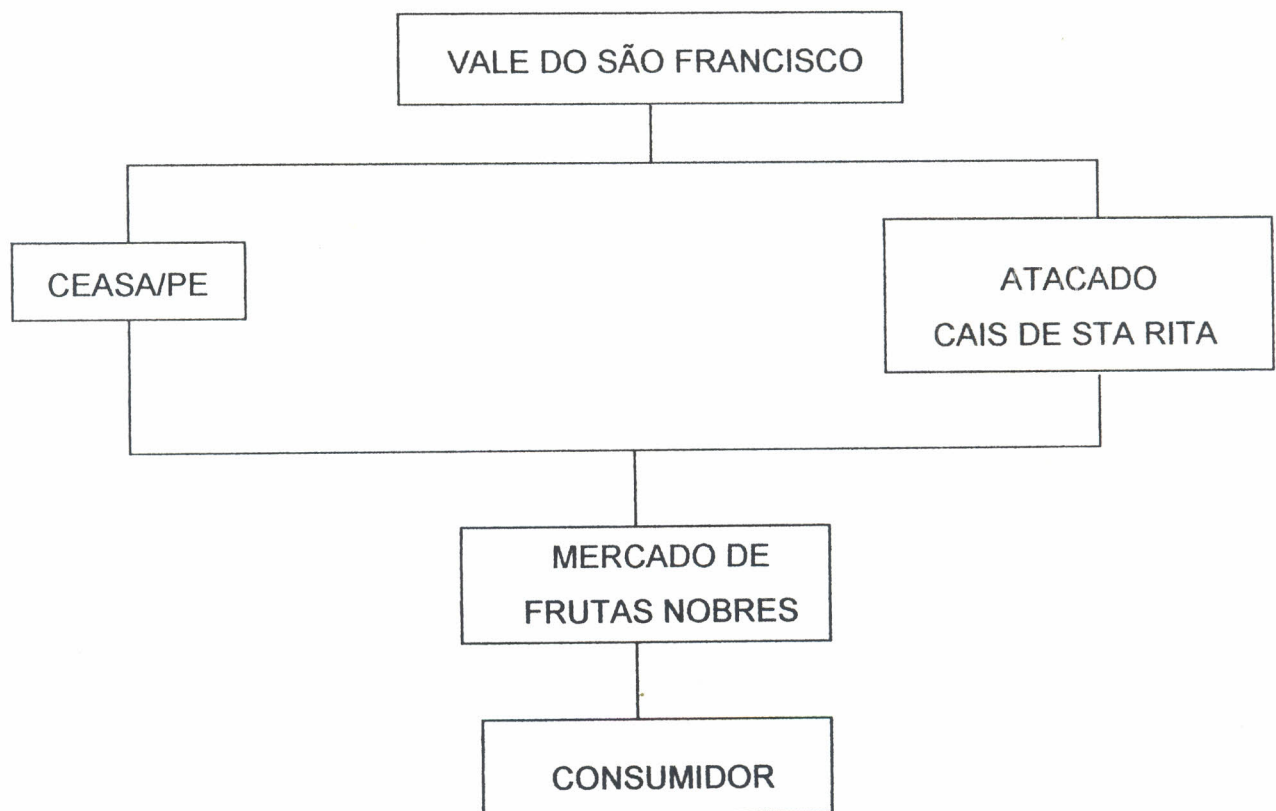
Sendo o varejo a última etapa de comercialização, incorpora os efeitos cumulativos das fases anteriores que serão refletidas na determinação do preço final.

O principal fornecedor dos comerciantes de uvas é a CEAGEPE (em especial a Casa da Uva), correspondendo a aproximadamente 80% do volume adquirido, seguido do Atacado de Frutas do Cais de Santa Rita, responsável pelos 20% restante do volume transacionado no mercado de Frutas Nobres do Recife,

denotando assim a centralização do escoamento e conseqüente imposição dos termos de contratos comerciais. Geralmente, as aquisições obedecem a duas modalidades: vendas à vista (menos freqüente) e vendas à prazo (condicionando a permanência do abastecimento à quitação da fatura anterior de modo a desestimular o acréscimo de débitos).

As compras são efetuadas com grande freqüência e em quantidades reduzidas (a medida que o produto é vendido faz-se necessário a compra de novo volume) uma vez que não se justifica a estocagem dada a elevada perecibilidade.

Assim, o atacado de frutas consegue vender num mercado menos seletivo, produtos de qualidade relativa inferior, para uma camada consumidora menos exigente, que privilegia do preço como fator de incentivo à demanda, devido ao reduzido poder aquisitivo.



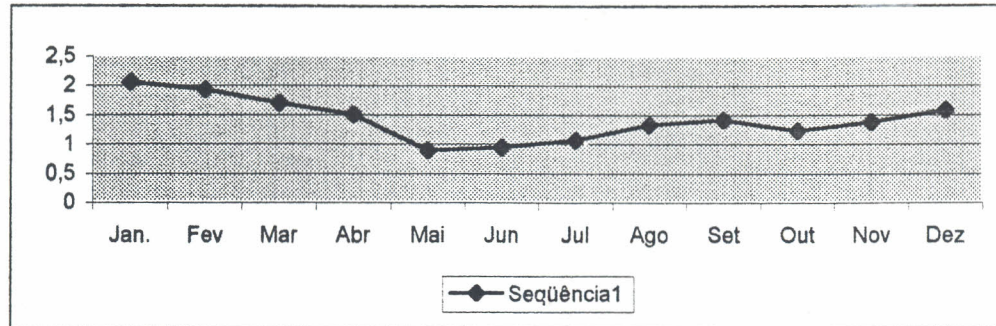
Fluxograma da comercialização da uva de mesa no mercado de frutas nobres.

PERFIL DO MERCADO DE FRUTAS NOBRES

Agente	Mercado	Captação de produto	Clientela	Pontos positivos	Pontos negativos	Escala de Atuação	Importância de Mercado
Comerciante de frutas nobres	<i>Competitivo</i>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Atacado de Frutas do Cais de Santa Rita ◆ Ceasa/PE 	Consumidor baixa/média renda	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Diminuição do índice de desemprego ◆ Oferta em local pouco convencional (vias públicas) ◆ Aumento na geração de renda. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Congestionamento das vias públicas ◆ Margem de lucro reduzida. 	Centro Urbano	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Alternativa de escoamento da produção frutícola.

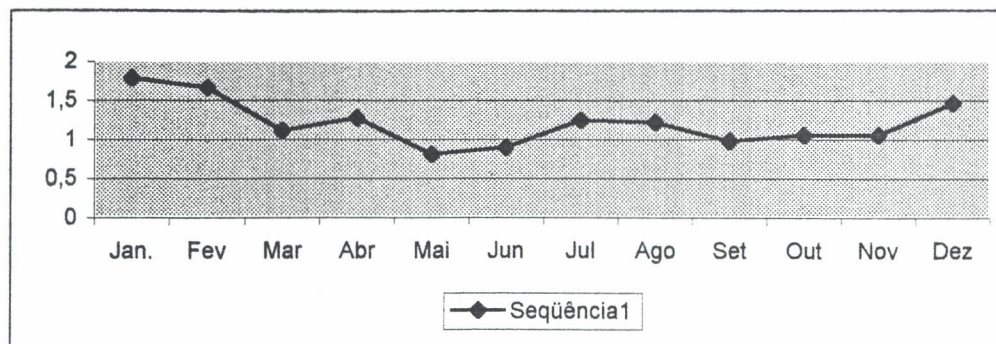
PREÇO PRATICADO NA CEAGEPE: 1995
(Uva Itália)

Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2,05	1,92	1,69	1,5	0,88	0,94	1,06	1,32	1,41	1,22	1,37	1,57



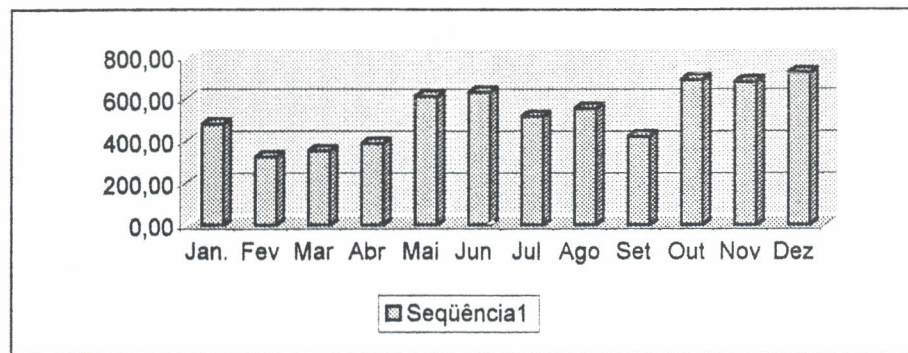
PREÇO PRATICADO NA CEAGEPE: 1996
(Uva Itália)

Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1,78	1,66	1,1	1,27	0,8	0,89	1,24	1,21	0,97	1,05	1,05	1,46



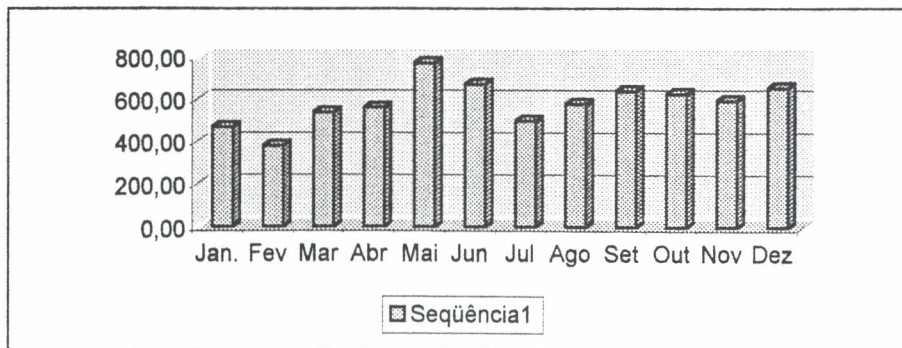
QUANTIDADE COERCIALIZADA PELA CEAGEPE: 1995
(Uva Itália/Ton.)

Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
479,00	323,00	351,00	387,00	611,00	631,00	515,00	553,00	422,00	691,00	681,00	723,00



QUANTIDADE COERCIALIZADA PELA CEAGEPE: 1995
(Uva Itália/Ton.)

Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
467,00	379,00	538,00	562,00	771,00	671,00	498,00	578,00	638,00	627,00	594,00	654,00



ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NOBRES

- ☞ Especializada (frutas);
- ☞ Técnicas de promoção via redução de preços;
- ☞ Serviço personalizado;
- ☞ Permissão de manuseio do produto.

CRITÉRIOS DE COMERCIALIZAÇÃO

Mercado	Varejo
Regularidade de fornecimento	De acordo com a demanda
Classificação de qualidade	Função do grau de exigência do consumidor
Embalagem (compra)	Granel, caixa papelão, caixa madeira.
Embalagem (venda)	Sacola, plástico, papel
Armazenagem/refrigeração	Inexistência de estoque e refrigeração
Investimento	Baixo
Forma de pagamento ao fornecedor	À vista ou a crédito (curto prazo)
Atuação	Urbana.

Conclusão

Do estudo a uva de mesa do Vale do São Francisco no mercado de Frutas Nobres de Recife, chegou-se às seguintes conclusões:

- ☞ Provavelmente não haverá expansão do número de unidades comerciais, devido a preocupação da Prefeitura Municipal em preservar a limpeza urbana e o não congestionamento nas vias públicas;
- ☞ Alternativa adicional dos produtores de uvas do Vale do São Francisco no escoamento da produção frutícola;
- ☞ O mercado de Frutas Nobres constitui oportunidade da população sem ingresso no mercado formal obter na economia informal uma fonte de emprego e renda, gerando diminuição de índice de desemprego na região metropolitana;

Assim, estudos dessa natureza atentam para interligação de setores, enfatizando a complementariedade de segmento produtivo – governamental – comercial na melhoria de ações de modo a dinamizar a economia regional.

Bibliografia

- BALTAR, P. E. A. & GUIMARÃES NETO, 1. (1988): Mercado de Trabalho e Crise: notas para uma abordagem. Rio de Janeiro, IPEA/INPES/PNPE.
- BAVA Jr. Augusto Caccia. Introdução à Sociologia do Trabalho, Ed. Ática. S/A, 1990 – São Paulo.
- BUARQUE, S. C. Coord. (1987): Teoria do Emprego e Industrialização Tardia. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; SUDENE, (Série população e emprego, 20).
- CONDEPE, Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco. Diagnóstico preliminar da Região Metropolitana do Recife, v. 26, Recife, 1974. p. 401.
- FERREIRA IRMÃO, José & Sampaio, Yony. "Estrutura Agrária, produção e emprego rural". In. Política de emprego para o Nordeste/Jorge Jatobá, João R. Sansou, José Ferreira Irmão, Aldemir do Vale Souza, Leandro G. Neto. Brasília: MTB, Recife: Editora Massangana, 535 p.
- GOODMAN, D. E. & ALBUQUERQUE, R. C. (1974): Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste. Rio de Janeiro, IPEA/INPES (Coleção Relatórios de Pesquisas 20).
- MELO, Mário Lacerda de. Metropolização e Subdesenvolvimento: O caso do Recife, Edit. Universitária, UFPE, 1978 p. 33.
- MENDONÇA, Herundina Mota Neto de. Pobreza e Subemprego Urbano no Nordeste do Brasil. Recife, SUDENE, 1991 p. (SUDENE, População e Emprego, n.º 26).
- MOURA, H. A. (1992): "Nordeste: Migrações Internas e Desequilíbrios Regionais". In: Revista Pernambucana de Desenvolvimento, Recife, 9 (2): 191-217, jul./dez.

O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional: O Nordeste do Brasil/Abraham B. Sicsú.../etal./ – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1994. 1 v.: il., mapa.

PNUD; OIT; Brasil. Ministério do Trabalho. Recife, Condepe, v. 9, 2 jul./dez. 1982.
Programa de pós-graduação em economia – PIMES/UFPE. Recessão e desemprego nas regiões brasileiras – Recife, 1985. 108 p.

REBEMBOIM, Jaxques Alberto. O setor informal no contexto econômico brasileiro. (Tese de mestrado) UFPE. Recife dez./1994.

SOUZA, A. V. (1988): Política de Industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil. Recife, SUDENE/Instituto Josué de Castro (Série população e emprego, n.º 23).

SUDENE. Superintendência Adjunta de Desenvolvimento Social e Infra-estrutura. Preposições de política social para o Nordeste. 5ª Ed. Recife: SUDENE; 1995 – 119 p.